



Especialização em Saúde da Família - Modalidade a Distância

Itens dos direitos sexuais para uma sexualidade saudável



Para que o ser humano e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os seguintes direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados, defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras:

- I. O direito à liberdade sexual - A liberdade sexual diz respeito à possibilidade dos indivíduos de expressar seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situação de vida.
- II. O direito à autonomia sexual - Integridade sexual é a segurança do corpo sexual - este direito envolve habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também inclui o controle e o prazer de nossos corpos livres de tortura, mutilações e violência de qualquer tipo.
- III. O direito à privacidade sexual - O direito de decisão individual e aos comportamentos sobre intimidade, desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.
- IV. O direito à igualdade sexual - Liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente de sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas.
- V. O direito ao prazer sexual - O prazer sexual, incluindo autoerotismo, é uma fonte de bem-estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.
- VI. O direito à expressão sexual - A expressão sexual é mais que um prazer erótico ou ato sexual. Cada indivíduo tem o direito de manifestar a sexualidade através da comunicação, toques, sentimentos e amor.
- VII. O direito à livre associação sexual - Significa a possibilidade de casamento ou não, ao divórcio e ao estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.
- VIII. O direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis - É o direito em decidir ou não ter filhos, o número e o tempo entre cada um, e o direito total aos métodos de regulação da fertilidade.
- IX. O direito à informação baseada no conhecimento científico - informação sexual deve ser gerada através de um processo científico e ético e disseminado em formas apropriadas e a todos os níveis sociais.
- X. O direito à educação sexual compreensiva - este é um processo que dura a vida toda, desde o nascimento, e deveria envolver todas as instituições sociais.
- XI. O direito à saúde sexual - O cuidado com a saúde sexual deveria estar disponível para a prevenção e tratamento de todos os problemas sexuais, preocupações e desordens.

Veja também a Plataforma para Ação, Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing 1995 / Programa de Ação, Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo, 1994:

Os direitos reprodutivos abarcam certos direitos humanos, que se baseiam no:

- a) Direito de decidir livre e responsavelmente sobre o número de filhos e o espaçamento entre os nascimentos;
- b) Direito de adotar decisões relativas à reprodução sem sofrer quaisquer discriminações, coações ou violência.
- c) Direito ao respeito pleno à integridade, privacidade e consentimento informado.
- d) Direito de controlar os próprios corpos, sem coerção, discriminação ou violência.
- e) Direito a serviços de saúde reprodutiva integrais e de boa qualidade:
  - com enfoque integrado de necessidades, em matéria de nutrição, saúde reprodutiva, educação, orientação e promoção de capacidades criativas;
  - permeáveis ao acesso a informações e meios para alcançar o nível mais elevado de saúde reprodutiva, incluindo medidas de apoio ao autocontrole da fertilidade e proteção da gravidez, parto e puerpério;
  - relações baseadas no respeito aos valores culturais e religiosos.
- f) Direito à promoção de relações de respeito mútuo e de igualdade entre homens e mulheres.